

CONCURSO PÚBLICO 2013

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CARGO: OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO, NÍVEL II,  
CLASSE A, NA FUNÇÃO DE OFICIAL INSTRUTIVO**

### CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

#### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
*Onde não há caridade não pode haver justiça.*  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

#### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br

**cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Foi aprovada, em sessão do Pleno, a Resolução  
n.º 982, que institui a tramitação eletrônica dos documentos  
no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do  
4 Sul (TCE/RS). O Tribunal enviou ofício aos  
gestores municipais, alertando que o envio de dados  
e documentos relacionados às inativações na esfera  
7 municipal passará a ser realizado pela Internet, o que  
exigirá que as administrações adquiram certificados  
digitais específicos aprovados pela Infraestrutura de  
10 Chaves Públicas Brasileiras — ICP-Brasil. Os  
certificados pessoais são obrigatórios para os  
administradores públicos e seus substitutos formais, para  
13 os responsáveis pelos controles internos, para os agentes  
com delegação para concessão de inativações e para  
os responsáveis operacionais pelo Sistema de  
16 Certificação Digital do TCE/RS (TCENet). Em breve,  
o Tribunal promoverá treinamentos para os usuários do  
novo sistema.

Internet: <www1.tce.rs.gov.br/portal> (com adaptações).

Em relação às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 O emprego de vírgula após “Em breve” (ℓ.16) justifica-se por isolar adjunto adverbial anteposto, ou seja, deslocado de sua posição tradicional.
- 2 Mantém-se a correção gramatical do período ao se substituir “Foi aprovada” (ℓ.1) por **Aprovou-se**.
- 3 O emprego do sinal indicativo de crase em “às inativações” (ℓ.6) justifica-se pela regência do termo “envio” (ℓ.5), que exige complemento regido da preposição “a”, e pela presença do artigo definido feminino plural que determina o substantivo “inativações” (ℓ.6).
- 4 A substituição de “exigirá” (ℓ.8) por **exigiriam** manteria a correta correlação entre os tempos e modos verbais empregados no período.
- 5 A substituição de “para os” por **aos** nas ocorrências entre as linhas 11 e 15 manteria a correção gramatical do texto.

1 O sistema de banco de milhagens desenvolvido pelo  
TCE/RS é modelo para outras instituições no Rio Grande do  
Sul e no Brasil. O banco de registro de milhagens utiliza os  
4 créditos de passagens aéreas custeadas com recursos públicos.  
De acordo com o presidente do TCE/RS, a proposta irá gerar  
considerável economia aos cofres públicos. “Considerando que  
7 as despesas com a emissão de passagens para viagens oficiais  
são custeadas pelo tesouro, entendemos que devem ser  
adotadas todas as medidas possíveis para que esses créditos  
10 sejam utilizados na aquisição de novos bilhetes, em benefício  
dos entes da própria administração pública”, assinalou.

Prêmios ou créditos de milhagens oferecidos pelas  
13 companhias de transporte aéreo, quando resultantes de  
passagens adquiridas com recursos da administração direta ou  
indireta de qualquer dos poderes do Rio Grande do Sul, serão  
16 incorporados ao erário e utilizados apenas em missões oficiais.

Internet: <www1.tce.rs.gov.br/portal> (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 6 Se a palavra “erário” (ℓ.16) for substituída por **tesouro público**, prejudica-se a informação do período.
- 7 Depreende-se das informações do texto que os funcionários que usarem passagens aéreas custeadas pelo governo do Rio Grande do Sul podem usufruir, para viagens particulares, dos prêmios ou créditos de milhagens concedidos pelas companhias aéreas.
- 8 Prejudica-se a informação do texto ao se substituir a forma verbal “assinalou” (ℓ.11) por alguma das seguintes: **observou, admitiu, informou, esclareceu, declarou**.
- 9 Se o termo “quando” (ℓ.13) for substituído pela conjunção **se** ou pela conjunção **desde que**, haverá prejuízo da coerência textual.

1 A impunidade de políticos não decorre de foro privilegiado, mas de justiça ineficiente. Abolir o referido mecanismo produzirá efeitos desfavoráveis. É compreensível a confusão. A designação mais conhecida, “foro privilegiado”, sem dúvida, sugere a existência de condenável regalia. Não é estranho, portanto, que o Congresso tenha incluído em sua agenda positiva um esforço para eliminar essa prerrogativa constitucional. Os parlamentares estariam, com isso, oferecendo o seu quinhão para o combate à impunidade que tradicionalmente beneficia políticos de todos os matizes.

Entretanto, há dois equívocos nesse raciocínio. O primeiro é imaginar que o foro especial — assegurado a autoridades como o presidente da República, governadores, prefeitos, congressistas e ministros de Estado — seja responsável pela ausência de punições na esfera jurídica. As numerosas instâncias da justiça comum favorecem a interposição de recursos, o que atrasa a caminhada processual e contribui para a impunidade. O segundo equívoco do raciocínio é imaginar que a prerrogativa de foro constitua, de fato, um privilégio. De um lado, porque não há benefício na supressão de um ou de todos os graus de jurisdição. De outro, porque o mecanismo busca assegurar um julgamento imparcial — em proveito não só do réu, mas também da sociedade.

Em tese, tribunais superiores estão mais protegidos contra as pressões que governantes e legisladores podem tentar exercer em favor da absolvição, assim como são menos suscetíveis à litigância meramente persecutória.

Folha de S.Paulo, 11/7/2013 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 10 O termo “com isso” (ℓ.8) refere-se ao fato de o Congresso ter “incluído em sua agenda positiva um esforço para eliminar essa prerrogativa” (ℓ.6-7).
- 11 Mantêm-se as relações sintáticas originais ao se substituir o termo “Entretanto” (ℓ.11) por qualquer um dos seguintes: **Porém, Contudo, Todavia, No entanto.**
- 12 O trecho “que tradicionalmente beneficia políticos de todos os matizes” (ℓ.9-10) é empregado, no texto, com sentido restritivo.
- 13 A substituição dos travessões empregados nas linhas 12 e 14 por vírgulas prejudicaria a correção gramatical do período.
- 14 A estrutura organizacional do texto é indicadora do tipo textual dissertativo-argumentativo.
- 15 A expressão “o referido mecanismo” (ℓ.2-3) retoma o antecedente “justiça ineficiente” (ℓ.2).

Em cada um dos itens a seguir, é apresentado um fragmento de correspondência oficial. Julgue-os no que se refere à correção gramatical e à adequação da linguagem ao tipo de documento oficial identificado entre parênteses.

- 16 Durante os debates, o promotor XYZ tomou a palavra e, além de solicitar o apoio do TCE/RS para sensibilizar os tribunais de contas que ainda não aderiram ao termo que estabelece medidas conjuntas e integradas de combate à corrupção, solicitou também que o tema seja discutido em âmbito nacional, tanto pela Associação dos Membros de Tribunais de Contas quanto pelo Instituto Rui Barbosa. (ata)
- 17 Estamos neste momento vindo informar à Vossa Excelência que o Pleno do Tribunal de Contas do Estado aprovou, três resoluções que orientam e normatizam as ações iniciais necessárias à implantação do processo eletrônico na instituição. A Resolução n.º 984 disciplina os procedimentos relacionados ao cadastro de pessoas vinculadas aos órgãos fiscalizados por meio do sistema de cadastro. (memorando)
- 18 Como é do conhecimento de V. S.<sup>a</sup>, a Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, órgão de educação corporativa do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, tem como finalidade a capacitação de agentes públicos que integram o corpo técnico do Tribunal e dos órgãos e entes jurisdicionados. (ofício)
- 19 A direção da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena vem convidar-lhe para participar do Encontro Regional de Controle e Orientação. O evento tem como objetivo propiciar debates sobre temas relevantes a administração pública, capacitando os gestores municipais. (convite)
- 20 Chegou-se à conclusão de que a função institucional da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena efetiva-se mediante a articulação de esforços orientada para a geração, a difusão e o apoio à mobilização de conhecimento técnico e gerencial em matéria de Estado, administração pública e controle externo em todos os níveis e áreas, para o desenvolvimento institucional do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e da administração pública. (relatório)

Com relação aos conceitos de redes de computadores, julgue os próximos itens.

- 21 O armazenamento do arquivo de dados no computador e na nuvem é considerado um procedimento de *backup*.
- 22 É possível, utilizando-se uma conexão VPN criptografada, acessar os dados da *intranet* do TCE/RS por meio da Internet.
- 23 Utilizando-se os protocolos de segurança do *firewall*, pode-se criptografar um relatório editado no Word, a fim de enviá-lo por *email* de forma segura.
- 24 A navegação segura na Internet, inclusive em redes sociais, depende, entre outros aspectos, dos procedimentos adotados pelo usuário, como, por exemplo, a atualização constante do antivírus instalado no computador e a utilização de *firewall*, procedimentos que contribuem para evitar a contaminação por vírus e *worms*, entre outras pragas virtuais.
- 25 Os serviços de nuvem permitem que o usuário armazene seus arquivos pessoais, como fotos, músicas e vídeos, gratuitamente na Internet.

	A	B	C
1	Controle de fiscalizações de 2013		
2	Número do processo	valor	
3	2981/2012	R\$ 5.271.000,00	
4	3421/2012	R\$ 267.400,00	
5	2134/2013	R\$ 190.300,00	
6	6541/2013	R\$ 1.234.100,00	
7	Total		
8			

RASCUNHO

Considerando a figura acima, que ilustra uma planilha em edição no Excel, e os sistemas operacionais e aplicativos dos ambientes Microsoft Office e BrOffice, julgue os itens subsecutivos.

- 26 Para editar a referida planilha usando-se o Calc, é necessário salvá-la na subpasta BrOffice na pasta arquivos de programas.
- 27 Por meio do recurso de formatação condicional, é possível definir que todos os valores superiores a R\$ 1.200.000,00 apareçam na planilha na cor vermelha.
- 28 O formato do texto Número do processo foi obtido mesclando-se as células A1 e A2.

Na secretaria de um órgão público, as páginas dos processos, para serem digitalizadas, são separadas e distribuídas entre 7 servidores — 4 servidores recém-contratados e 3 servidores antigos. Julgue os itens a seguir, a respeito dessa situação.

- 29 Se 4 desses servidores, com a mesma eficiência, digitalizam 8.000 páginas em 3 dias, trabalhando 5 horas por dia, então 3 desses servidores, em 5 dias, trabalhando 7 horas por dia, digitalizarão mais de 13.000 páginas.
- 30 Considere que, com a aquisição de novos equipamentos, o tempo para se digitalizar uma página, que era de 22 segundos, passou a ser de  $[22 - 22 \times P]$  segundos, em que  $P$  correspondente à dízima periódica 0,27272727.... Nessa situação, com os novos equipamentos, a digitalização de uma página passou a ser feita em 16 segundos.
- 31 A quantidade de maneiras distintas de se escolher 2 entre os 7 servidores, para digitalizar um processo de 2 páginas, é superior a 20.
- 32 Se um servidor antigo e um recém-contratado digitalizaram as páginas de um processo em 1 hora e se o primeiro digitalizou cada página em 40 segundos e o segundo, em 50 segundos, então o servidor antigo digitalizou 25% de páginas a mais que o recém-contratado.
- 33 Se as 28.000 páginas de um conjunto de processos foram digitalizadas pelos 7 servidores e se os servidores antigos digitalizaram 5.000 páginas a mais que os recém-contratados, então os servidores antigos digitalizaram mais de 18.000 páginas.

RASCUNHO

Para climatizar vários ambientes de um órgão público, o gestor mandou instalar um condicionador central de ar. Quando o condicionador é ligado, a temperatura média dos ambientes baixa progressivamente à taxa de 1 °C a cada 8 min até atingir a temperatura desejada. Se o condicionador for mantido desligado, a temperatura média interna nesses ambientes, das 6 horas da manhã às 22 horas, é expressa, em °C, por  $T(t) = \frac{1}{64}(-5t^2 + 140t + 940)$ ,  $6 \leq t \leq 22$ , em que  $t$  é o tempo, em horas.

Com base nessas informações, julgue os próximos itens, acerca da temperatura nesses ambientes.

- 34** Se o condicionador for ligado às 6 horas da manhã, então a temperatura nos ambientes será de 0 °C antes das 10 horas da manhã.
- 35** Considere que o condicionador seja ligado às 9 h 12 min da manhã, momento em que a temperatura média interna nos ambientes seja de 28,2 °C. Nesse caso, a temperatura média de 22 °C será atingida antes das 10 horas.
- 36** Se o condicionador permanecer desligado, a temperatura média nos ambientes será superior a 30 °C antes das 14 horas.

A respeito do controle e manutenção dos 48 veículos de um órgão público, julgue os itens seguintes.

- 37** Se o porta-malas de um desses veículos tiver capacidade para 1.143 L, então é correto afirmar que a capacidade do porta-malas desse veículo é de 11,43 dm<sup>3</sup>.
- 38** Considere que há, entre os veículos desse órgão, veículos de transporte de passageiros, veículos de carga e de passeio. Se a quantidade de veículos de passeio é o triplo da quantidade de veículos de carga, e se há tantos veículos de passeio quanto há de carga e de transporte de passageiros juntos, então há mais de 20 veículos de passeio.
- 39** Considere que o registro histórico mostre que a quantidade  $x$  de veículos que passam por manutenção do motor, a cada mês, é tal que  $x^2 - 10x + 16 \leq 0$ . Então menos de 9 dos veículos desse órgão requerem, a cada mês, manutenção de seus motores.
- 40** Considere que, a cada ano, o valor venal dos veículos desse órgão decresça 5% em relação ao preço de compra. Nesse caso, se o valor venal de um veículo desse órgão, 8 anos depois da compra, for de R\$ 24.000,00, então esse veículo foi comprado por mais de R\$ 50.000,00.
- 41** Se, em 2010, os veículos desse órgão consumiram 16.000 L de combustível e se, nos anos seguintes, o consumo cresceu em progressão geométrica à razão de 10% ao ano, então, o total de combustível consumido por esses veículos em 2010, 2011 e 2012 foi inferior a 50.000 L.
- 42** Considere que um veículo desse órgão tenha percorrido  $x$  km no primeiro ano, isto é, no ano que foi comprado, e que, em cada um dos 4 anos seguintes, tenha percorrido  $x/2$  km,  $x/3$  km,  $x/4$  km e  $x/5$  km. Nesse caso, se nesses 5 anos, esse veículo percorreu 68.500 km, então, no primeiro ano, ele percorreu mais de 28.000 km.
- 43** Considere que a garagem do edifício onde funciona o órgão tenha 50 vagas e que qualquer um dos 48 veículos possa ocupar qualquer uma das vagas. Nessa situação, existem mais de  $1.000 \times 48!$  maneiras distintas de estacionar os 48 veículos na garagem.

Um delegado, ao interrogar os servidores A, B, C, D e E — em que A e D são homens e B, C e E são mulheres —, suspeitos de fraudar um processo licitatório, ouviu as seguintes declarações:

- o culpado é E ou D, disse B;
- o culpado é um homem, disse E;
- se B é culpada, então C é inocente, disse D.

Com base nessa situação hipotética e sabendo que somente um dos servidores participou da fraude, julgue os itens seguintes.

- 44** A afirmação de D é equivalente a “Se C é culpada, então B é inocente”.
- 45** A afirmação de D é equivalente a “B ou C é inocente”.
- 46** Se D disse a verdade, então B é a culpada.
- 47** A negação da afirmação de B pode ser corretamente expressa por “Nem E nem D são culpados”.

---

Com base na proposição P: “Quando o cliente vai ao banco solicitar um empréstimo, ou ele aceita as regras ditadas pelo banco, ou ele não obtém o dinheiro”, julgue os itens que se seguem.

- 48** A negação da proposição “Ou o cliente aceita as regras ditadas pelo banco, ou o cliente não obtém o dinheiro” é logicamente equivalente a “O cliente aceita as regras ditadas pelo banco se, e somente se, o cliente não obtém o dinheiro”.
- 49** A proposição “Ou o cliente aceita as regras ditadas pelo banco, ou o cliente não obtém o dinheiro” é logicamente equivalente a “Se não aceita as regras ditadas pelo banco, o cliente não obtém o dinheiro”.
- 50** Se for falsa a proposição “O cliente vai ao banco solicitar um empréstimo”, então a proposição P também será falsa, independentemente dos valores lógicos das demais proposições constituintes de P.

RASCUNHO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação à abordagem burocrática da administração e à evolução da administração pública no Brasil, por meio das reformas administrativas, julgue os itens a seguir.

- 51** A reforma administrativa no Brasil, realizada por meio do Decreto-Lei n.º 200/1967, representou um avanço em relação à tentativa de romper com a rigidez burocrática, podendo ser entendida como a primeira experiência de implantação da administração gerencial no país.
- 52** Ao preconizar a reforma do Estado, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso considerou como medida orientadora o descolamento entre planejamento e gestão, por meio de um plano de adequação do Estado (Plano Diretor) não atrelado a metas de desenvolvimento e de um plano de desenvolvimento (PPA).
- 53** O capitalismo, a organização burocrática e a ciência moderna constituem formas de racionalidade que se conformam com os ideais da reforma protestante.

A respeito do processo administrativo relacionado às funções, estrutura e cultura organizacionais, julgue os itens subsequentes.

- 54** Nas organizações modernas, as estruturas organizacionais tendem a se tornar mais amplas e abrangentes, com modelos de gestão mais complexos.
- 55** São duas as formações da estrutura organizacional: a informal, resultante das relações sociais e pessoais, e a formal, que dá ênfase a posições em termos de autoridade e responsabilidades alocadas nas unidades organizacionais. Ambas devem ser consideradas no estudo e análise da estrutura organizacional.
- 56** Quanto mais o novo funcionário for segregado do ambiente normal do trabalho e diferenciado para que sua condição de recém-chegado seja evidenciada, mais informal será a sua socialização na organização.
- 57** O planejamento, como função administrativa, envolve a identificação, a análise, a ordenação e o agrupamento das atividades e recursos, visando ao alcance de resultados.

Julgue os itens subsecutivos a respeito de gestão de processos.

- 58** Um dos grandes benefícios da modelagem de processos é possibilitar a documentação, a compreensão, a análise e a interação entre negócio e ambiente.
- 59** O BPMN é uma metodologia que permite a construção de modelos lógicos para a automação de processos.

Acerca da gestão de documentos, julgue os itens que se seguem.

- 60** O método de arquivamento alfanumérico, que consiste na combinação de letras e números, pertence ao sistema indireto.
- 61** O arquivo permanente é constituído essencialmente de documentos que perderam todo o valor de natureza administrativa, mas que devem ser conservados em razão do seu valor histórico.
- 62** De acordo com a lei que trata da política nacional de arquivos públicos e privados, a gestão documental compreende quatro fases básicas: produção, acúmulo, utilização e destinação.

Julgue os itens a seguir acerca das atividades de protocolo.

- 63** A distribuição de documentos do arquivo corrente para o arquivo intermediário é denominada transferência.
- 64** Após o recebimento da correspondência, deve-se, em primeiro lugar, separar a correspondência oficial sigilosa da particular de caráter ostensivo.
- 65** Recebimento, classificação, registro e distribuição são tarefas de protocolo no âmbito do arquivo corrente.

À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens seguintes, a respeito dos princípios fundamentais.

- 66** A independência nacional, a defesa da paz e a concessão de asilo político são princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- 67** Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- 68** É um direito individual fundamental a livre expressão da atividade científica, independentemente de licença.
- 69** Negado formalmente o pedido de informações sobre a carga horária de trabalho de determinado servidor do TCE/RS feito ao tribunal por um estrangeiro naturalizado brasileiro, esse estrangeiro poderá impetrar *habeas data* para pleitear o atendimento de sua solicitação.
- 70** A CF veda a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais que os executam.
- 71** Conforme a CF, tanto o indivíduo quanto o Estado só podem fazer o que a lei expressamente autoriza ou determina.

Considerando que cidadania pode ser definida como condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política, julgue os seguintes itens, com base no disposto na CF.

- 72** Para propor ação popular objetivando anular ato lesivo ao patrimônio público, não é necessário que o indivíduo esteja no gozo de direitos que lhe permitam participar da vida política.
- 73** Os brasileiros natos e os naturalizados, por possuírem cidadania brasileira, e os estrangeiros, por poderem pleiteá-la, podem participar da vida política, sendo, portanto, sujeitos de direitos políticos.
- 74** Sendo a obtenção de certidões em repartição pública que objetivem o esclarecimento de situações de interesse pessoal um direito assegurado a todas as pessoas, caso haja negativa, na via administrativa, em atender a solicitação de emissão desse tipo de certidão, o interessado poderá impetrar mandado de segurança pleiteando sua emissão.

À luz da CF, julgue os itens subsequentes, acerca da organização do Estado.

- 75** Os vencimentos dos cargos dos Poderes Executivo e Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- 76** A proibição de investidura em cargo ou emprego público sem prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos decorre do princípio da moralidade, expressamente constante na CF.
- 77** A vinculação do salário de servidor público ao salário mínimo, para fins de aumento salarial, não ofende o princípio da legalidade.

A respeito da organização dos poderes da República Federativa do Brasil, julgue os próximos itens.

- 78** Compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União a estado, ao Distrito Federal ou a município mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- 79** Se o presidente da República atentar contra decisões judiciais poderá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, exigida a prévia autorização de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.
- 80** Tanto deputados federais quanto senadores não poderão manter contratos com empresas concessionárias de serviços públicos após a diplomação, devendo encerrar contratos previamente acordados.

Julgue os itens a seguir, referentes à administração pública direta e indireta.

- 81** Pelo princípio da imunidade recíproca, é vedado ao estado instituir impostos sobre o patrimônio de sociedade de economia mista que, instalada no território estadual, explore atividade econômica.
- 82** Considere que o governador do estado do Rio Grande do Sul tenha criado por lei autarquia para a execução de atividades típicas da administração pública. Nessa situação, a referida autarquia será responsável pelos danos que seus agentes causarem a terceiro, por ser objetiva a responsabilidade do ente autárquico.

Em relação ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul, julgue os itens seguintes.

- 83** Considere que determinado servidor público do estado tenha requerido administrativamente a anulação do ato da administração por meio do qual ele tenha sido demitido e que seu pedido tenha sido deferido. Nessa situação, o servidor retornará, por reversão, ao cargo anteriormente ocupado, e, se, em inspeção médica, for considerado incapaz para o serviço público, deverá ser aposentado.
- 84** Ao servidor público do estado que, tendo adquirido direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais, pretenda permanecer no exercício do cargo, poderá ser deferida, por ato do governador, caso a permanência do servidor no desempenho das funções seja julgada conveniente e oportuna para o serviço, gratificação, de natureza precária e transitória, no valor de 50% do vencimento básico.
- 85** A posse de servidor público no cargo para o qual tenha sido nomeado pode ocorrer mediante procuração específica.

No que se refere ao processo administrativo, julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 9.784/1999 e respectivas alterações.

- 86** Caso seja instaurado processo administrativo de assunto de interesse individual, poderá ser aberto a pedido do interessado, para subsidiar posterior decisão da autoridade administrativa, período de consulta pública, com a finalidade de que outros servidores possam examinar os autos e oferecer alegações em favor do interessado.
- 87** Caso seja interposto recurso de decisão decorrente de processo administrativo, a autoridade recorrida pode, de ofício, dar efeito suspensivo ao recurso interposto, caso se configure o justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução.

Julgue os itens que se seguem acerca dos atos administrativos.

- 88** Caso a administração pratique ato suscetível de convalidação e este não seja impugnado pelo interessado, ela só terá obrigação de convalidá-lo ou de invalidá-lo na hipótese de vício de competência em ato de conteúdo discricionário.
- 89** A concessão, pela administração pública, de licença para o exercício de atividade econômica configura ato administrativo unilateral e vinculado.

Acerca do contrato administrativo, das normas para licitações e contratos da administração pública e do pregão, julgue os itens subsequentes.

- 90** Considere que determinado órgão público tenha contratado, mediante licitação, certa sociedade empresária para a prestação de serviço de limpeza e que a referida empresa não tenha cumprido todas as obrigações trabalhistas com seus empregados. Nessa situação, o órgão contratante responderá solidariamente com a empresa contratada perante o Poder Judiciário pelos encargos não adimplidos.
- 91** A Lei n.º 8.666/1993 prevê como cláusula necessária em todo contrato administrativo a adoção de juízo arbitral para eventuais conflitos durante o período de vigência contratual.
- 92** Para o início do processo licitatório, é necessária a liberação dos recursos orçamentários do órgão que pretenda licitar.

No que diz respeito ao provimento de cargo público, aos direitos e vantagens dos servidores públicos civis e ao processo administrativo disciplinar, julgue os itens a seguir.

- 93** Se determinado servidor necessitar de licença para acompanhar seu cônjuge, ela lhe poderá ser concedida, a critério da administração, por prazo indeterminado, sem remuneração.
- 94** Professor estrangeiro que resida no Brasil e pretenda ocupar cargo público em universidade federal somente poderá atuar como professor visitante, visto que a investidura em cargo público é restrita a brasileiros natos ou naturalizados.
- 95** Para a instauração de processo administrativo disciplinar para a apuração de responsabilidade de servidor público, deve ser composta comissão com três servidores estáveis, devendo o presidente da comissão ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível do indiciado, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao dele.

Julgue os itens a seguir, relativos ao orçamento público.

- 96** O orçamento público tem caráter e força de lei, em sentido formal.
- 97** Em atendimento ao princípio da universalidade orçamentária, deve ser adotada uma forma específica quando da elaboração do orçamento, fazendo-se constar todos os elementos pertinentes em um único documento.
- 98** Dado o princípio da exclusividade orçamentária, exige-se que o orçamento contenha apenas matéria financeira, não podendo conter assuntos estranhos à previsão de receita e à fixação de despesa, ressalvadas as hipóteses previstas na CF.
- 99** O projeto da lei orçamentária anual pode ser de iniciativa do Poder Legislativo, desde que computadas a receita e a despesa de todos os órgãos públicos.

Julgue os próximos itens, que se referem às vedações constitucionais em matéria orçamentária.

- 100** A lei não permite a transferência voluntária de recursos pelos governos federal e estadual para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- 101** A CF proíbe a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra sem autorização prévia em lei.
- 102** É vedada a vinculação de receita de imposto para realização de atividades típicas da administração tributária.

No que se refere à Lei n.º 4.320/1964 e ao planejamento orçamentário, julgue os itens subsequentes.

- 103** A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece metas e diretrizes a serem adotadas pela administração pública no período de quatro anos subsequentes ao de sua elaboração, estabelecendo um elo entre os instrumentos orçamentários previstos no plano plurianual e no orçamento anual.
- 104** O orçamento anual engloba o orçamento de investimentos, que consiste na previsão das receitas e na fixação das despesas das empresas cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, à União.
- 105** Recursos arrecadados pelo ente público exclusivamente para fazer face às exigências contratuais pactuadas, a serem devolvidos no mesmo exercício financeiro, são considerados meros ingressos, e não receita orçamentária.
- 106** A diferença entre receita corrente e receitas de capital consiste no fato de a primeira advir da atividade típica do Estado e a segunda, da aquisição de bens.
- 107** A CF, tendo previsto a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, estabeleceu uma sistemática de planejamento orçamentário.

A respeito das normas constitucionais relacionadas com o TCE/RS, julgue os itens de **108** a **112**.

- 108** Considere que o governo do estado do Rio Grande do Sul tenha instituído subsídio para os eletrodomésticos de alta tecnologia, reduzindo dois pontos percentuais na alíquota do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS). Nessa situação, constitui responsabilidade do TCE/RS examinar o ato de concessão do referido subsídio.

- 109** A jurisdição do TCE/RS sobre empresas com sede no exterior e cujo capital seja parcialmente de propriedade de órgãos públicos estaduais somente é aplicável se a administração pública for detentora da maioria do capital.
- 110** O parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo governador do estado à Assembleia Legislativa deve obrigatoriamente incluir recomendação pela aprovação ou pela rejeição das contas, de acordo com a forma prevista em regulamento.
- 111** O TCE/RS não poderá sustar de imediato contrato que tenha sido considerado lesivo ao erário por decisão final irrecorrível.
- 112** Considere que o titular de um órgão do governo estadual tenha nomeado determinado cidadão para o cargo de chefe do seu gabinete. Nesse caso, o TCE/RS não precisa apreciar, para fins de registro, a referida nomeação.

Considerando as determinações da Lei Orgânica do TCE/RS, julgue os itens que se seguem.

- 113** Considere que determinada equipe técnica do TCE/RS esteja realizando auditoria operacional na Secretaria da Fazenda de uma prefeitura municipal do interior do estado e que o titular do órgão tenha recusado a apresentar parte dos documentos solicitados pela equipe de auditoria. Nessa situação, os auditores devem, imediatamente, comunicar o fato ao prefeito municipal bem como aplicar a multa prevista em regulamento.
- 114** A publicação de decisão do TCE/RS no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul não dispensa a publicação simultânea no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas.
- 115** A competência do presidente do TCE/RS para representar o tribunal em juízo pode ser delegada a qualquer dos conselheiros ou auditores substitutos de conselheiros.
- 116** Considere que determinado auditor do TCE/RS tenha identificado ilegalidade cometida em uma fundação ligada ao governo do estado do Rio Grande do Sul. Nessa situação, o TCE/RS deve comunicar a ocorrência, em caráter reservado, à mesa diretora da Assembleia Legislativa estadual.
- 117** Cabe ao TCE/RS julgar as contas a serem prestadas anualmente pelo governador do estado e pelos prefeitos municipais, nos termos da Lei Orgânica do TCE/RS.

Acerca das regras regimentais vigentes no TCE/RS, julgue os itens subsequentes.

- 118** Os embargos declaratórios interpostos contra decisão de determinada câmara somente poderão ser julgados por câmara diversa daquela que pronunciou a decisão.
- 119** Considere que determinada secretaria do governo do estado do Rio Grande do Sul tenha promovido o reenquadramento de seus servidores e que o ato tenha implicado aumento de despesas, mas os pareceres emitidos pelo órgão técnico do TCE/RS e pelo titular da referida secretaria tenham sido favoráveis à legalidade do ato. Nessa situação, um conselheiro do TCE/RS poderá decidir acerca do processo atuando como juízo singular.
- 120** Compete ao presidente do TCE/RS determinar os processos que serão incluídos na pauta de julgamento.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

Milhares de jovens peruanos foram às ruas do centro de Lima em um protesto contra a corrupção. O ato reuniu cerca de 4.000 jovens que chegaram a 300 metros do Congresso. Depois de duas horas de marcha pacífica, a manifestação foi duramente reprimida pela polícia, que deteve pelo menos 11 estudantes. Foi a segunda vez em uma semana que os peruanos protestaram contra o Parlamento para pedir uma nova eleição de magistrados do Tribunal Constitucional e da Defensoria Pública. Eles consideram que a ocupação dos cargos foi feita de maneira ilegal, o que deflagrou uma crise política no país.

O **Globo**. 24/7/2013, p. 25 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador e que manifestações populares tomaram as ruas de centenas de cidades brasileiras durante o mês de junho de 2013, redija texto dissertativo acerca do seguinte tema.

### **A JUVENTUDE NAS RUAS: UMA NOVA CONCEPÇÃO DE POLÍTICA?**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a crise da representação política no mundo contemporâneo; [valor: 6,50 pontos]
- ▶ a juventude e o sonho de um mundo melhor; [valor: 6,00 pontos]
- ▶ as grandes manifestações de massas e o estado democrático de direito. [valor: 6,50 pontos]

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos